



COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE SUPRIMENTOS

TERMO ADITIVO 08 (SEI Nº 32834798) AO CONTRATO Nº 5-060-11

A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS), sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada por seus diretores infra-assinados, doravante denominada **LOCATÁRIA**, e a **Sra. MÁRCIA FREIRE DE ALMEIDA MOURA**, brasileira, comerciante, residente e domiciliada na Rua Antônio Vieira de Sá, nº 490, Nova Betânia, Mossoró/RN - CEP: 59.612-100, inscrita no CPF nº 702.403.614-15, designada de **LOCADORA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-060-11, que tem por objeto **LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL**, sito à Rua Dr. João Marcelino, Nº 1540, Abolição I, Mossoró/RN, com área total medindo aproximadamente 240m², destinando-se, exclusivamente, à sede da base da POTIGÁS no município de Mossoró/RN, destinando-se exclusivamente a Sede da Base da POTIGÁS, no município de Mossoró/RN, assinado em 29/04/2011, em conformidade com as disposições do **Artigo 188 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS** e **Artigo 29, inciso V, da Lei Federal nº 13.303/2016**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de vigência, estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda, reajustar o valor mensal do aluguel, estabelecido no item 3.1 da cláusula terceira, e aumentar o valor global do **CONTRATO Nº 5-060-11**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA:

2.1 - O prazo de vigência, estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda do **CONTRATO Nº 5-060-11**, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, passando de **168 (cento e cinquenta e oito) meses** para **180 (cento e oitenta meses)**, com término previsto para o dia **29/04/2026**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ALTERAÇÃO DO VALOR TOTAL:

3.1 - O valor total anual, estabelecido no item 3.1 da cláusula terceira do **CONTRATO Nº 5-060-11** permanecerá inalterado em **R\$30.000,00 (trinta mil reais)**.

3.2 - A tabela abaixo apresenta o demonstrativo dos valores contratuais do período total de **180 (cento e oitenta) meses**, decorrentes do contrato e seus aditamentos, que demonstra que o VALOR GLOBAL, contratado passa de **R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)** para **R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, conforme tabela abaixo:

HISTÓRICO	VALOR GLOBAL (R\$)
CONTRATO (24 MESES)	R\$60.000,00
ADITIVO Nº 01 (24 MESES)	R\$60.000,00
ADITIVO Nº 02 (24 MESES)	R\$60.000,00
ADITIVO Nº 03 (24 MESES)	R\$60.000,00
ADITIVO Nº 04 (24 MESES)	R\$60.000,00
ADITIVO Nº 05 (24 MESES)	R\$60.000,00
ADITIVO Nº 06 (12 MESES)	R\$30.000,00
ADITIVO Nº 07 (12 MESES)	R\$30.000,00
ADITIVO Nº 08 (12 MESES)	R\$30.000,00

TOTAL ATUALIZADO	R\$450.000,00
-----------------------------	----------------------

4. CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE DO VALOR DO ALUGUEL

4.1 - O valor mensal do aluguel, estabelecido no item 3.1 da cláusula terceira do **CONTRATO Nº 5-060-11**, fica reajustado em 6,54%, pelo IGPM, conforme estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda do referido contrato, passando de **R\$3.989,03 (três mil novecentos e oitenta e nove reais e três centavos)** para **R\$ 4.249,91 (quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos)**.

5. CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÃO DE LEGISLAÇÃO

5.1 - Considerando que a Lei Federal nº 8.666/93 foi revogada pela Lei Federal nº 14.133/2021, fica alterada a redação do item 2.1 da cláusula segunda do **CONTRATO Nº 5-060-11**, conforme demonstrado abaixo:

Onde se lê:

"Ajustam as partes que o presente contrato de locação de imóvel tem validade de **180 (cento e oitenta)**, com término no dia **29/04/2026**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, caso as partes assim o desejem, mediante aditivo contratual, observando-se ao estabelecido no **Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93**, o que implicará, neste caso, em reajustes de valores, utilizando-se o IGP-M, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo."

Ler:

"Ajustam as partes que o presente contrato de locação de imóvel tem validade de **180 (cento e oitenta)**, com término no dia **29/04/2026**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, caso as partes assim o desejem, mediante aditivo contratual, observando-se ao estabelecido na **Lei Federal nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), Artigo 71, inciso II, da Lei Federal nº 13.303/2016, e artigo 186, inciso II**, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (RILC), o que implicará, neste caso, em reajustes de valores, utilizando-se o IGP-M, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo."

5.2 - Considerando que a Lei Federal nº 8.666/93 foi revogada pela Lei Federal nº 14.133/2021, fica alterada a redação do item 15.1 da cláusula décima quinta do **CONTRATO Nº 5-060-11**, conforme demonstrado abaixo:

Onde se lê:

"15.1. O presente Contrato tem como fundamento legal o **Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93**, que considera Dispensável a realização de licitação, para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, e está vinculado ao PCS nº 3-070-11."

Ler:

"15.1. O presente Contrato tem como fundamento legal a **Lei Federal nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato)** e o **artigo 29, Inciso V, da Lei Federal nº 13.303/2016**, que considera Dispensável a realização de licitação, para locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, e está vinculado ao PCS nº 3-070-11."

5.3 - Considerando que a Lei Federal nº 8.666/93 foi revogada pela Lei Federal nº 14.133/2021, fica alterada a redação do item 16.1 da cláusula décima sexta do **CONTRATO Nº 5-060-11**, conforme demonstrado abaixo:

Onde se lê:

"16.1. O presente Contrato é regulado, naquilo que não tenha sido estabelecido, pela Lei do inquilinato e pela **Lei Federal 8.666/93**."

Ler:

"16.1. O presente Contrato é regulado, naquilo que não tenha sido estabelecido, pela **Lei Federal nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato)** e pela **Lei Federal nº 13.303/2016**."

6. CLÁUSULA SEXTA - FUNDAMENTO LEGAL

6.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 2.1 da Cláusula Segunda do **CONTRATO Nº 5-060-11**, no art. Artigo 51 da Lei Federal nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato) e Artigos 71, inciso II, e 91, ambos da Lei Federal nº 13.303/2016, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (RILC).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste aditivo, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2025/2026, na conta: **PO 2025/2026 - Item 1.2.8.1 e 6.2**.

8. CLÁUSULA OITAVA - RATIFICAÇÃO

8.1 - A LOCATÁRIA e a LOCADORA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Signatário(s) deste documento:

Marina Melo Alves Diretora Presidente		Alyne Valentim Muniz Diretora Administrativa e Financeira	
PELA CONTRATADA			
Márcia Freire de Almeida Moura Proprietária CPF: 702.403.614-15			
TESTEMUNHAS			
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira CPF: 595.822.274-00		Antônio Saldanha Filho CPF: 851.669.364-34	

Referência: Processo nº 05310009.000110/2025-22

SEI nº 32834798



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Wagner Guilhermino Pereira, Gerente Administrativo e de Suprimentos**, em 28/03/2025, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Saldanha Filho, Gerente da Base de Mossoró**, em 28/03/2025, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alyne Valentim Muniz, Diretora Administrativa e Financeira**, em 28/03/2025, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Melo Alves, Diretora-Presidente**, em 31/03/2025, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Freire de Almeida Moura, Usuário Externo**, em 02/04/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32834798** e o código CRC **D2F33821**.